



Eixo 4 – Ciência da Informação: diálogos e conexões

## Plano Nacional do Livro e Leitura 2026-2036: apontamentos

*National Book and Reading Plan 2026-2036: notes*

**Claudio Marcondes de Castro Filho** – Universidade de São Paulo (USP) –  
claudiomarcondes@ffclro.usp.br

**Gisele Aparecida Ribeiro Sanches** – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp) – gisele.sanches@unesp.br

**Nathalia Donegá dos Anjos** – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – nathalia.anjos@unesp.br

**Resumo:** A pesquisa tem como objetivo é apresentar os pontos importantes da Portaria Interministerial MINC/MEC Nº 12, DE 23 DE ABRIL DE 2026, que aprova o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL 2026-2036 e suas metas, destacando os 4 eixos, e dialogando com a importância das tipologias de bibliotecas e apontar necessidades que possam interagir com os profissionais bibliotecários, ou seja, apresentar as intencionalidades do PNLL 2026 a 2033 do Brasil. A fundamentação teórica trata sobre as políticas públicas e o PNLL. A pesquisa tem delineamento documental, qualitativo e exploratória. Como resultados e conclusões existem possibilidades de avanços na disseminação da leitura e o crescimento das bibliotecas mediante as políticas públicas.

**Palavras-Chave:** PNLL 2026. Plano Nacional do Livro e Leitura. Leitura. Biblioteca.

**Abstract:** The research aims to present the important points of the Interministerial Ordinance MINC/MEC No. 12, OF APRIL 23, 2026, which approves the National Book and Reading Plan - PNLL 2026-2036 and its goals, highlighting the 4 axes, and discussing the importance of library typologies and pointing out needs that may interact with library professionals, in other words, to present the intentions of Brazil's PNLL 2026-2033. The theoretical foundation addresses public policies and the PNLL. The research has a documentary, qualitative, and exploratory design. As results and conclusions, there are possibilities for advances in the dissemination of reading and the growth of libraries through public policies.

**Keywords:** PNLL 2026. National Book and Reading Plan. Reading. Library.



## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo dos anos o país enfrentou muitos desafios para estimular a leitura em todo o seu território, como criação de políticas públicas, pesquisas sobre bibliotecas, mediação e leituras, redes de bibliotecas escolares, entre outros. O enfrentamento dessa situação levou o país a criar a Portaria Interministerial MEC/MinC nº 1.442 de 10/08/2006, que institui a Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), cujo principal objetivo ao livro, é assegurar a democratização do acesso ao livro, fomentar e valorizar a leitura e fortalecer a cadeia produtiva do livro como um fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional e ser mais acessível para os cidadãos.

Contudo, após tal evento, o poder público brasileiro percebeu que o acesso aos livros não foi o suficiente para aumentar o número de leitores no Brasil, sendo necessário, primeiramente, valorizar o ato de ler. Nesse aspecto SILVA (2009, p. 34) relata que a “nova era da informação impõe novas competências de leitura e estudo, modificando, por isso mesmo, os modos de organizar didaticamente o conhecimento para efeito de aprendizagem nos jovens”.

No entanto, algumas políticas públicas não foram efetivadas e após vinte anos surge por meio da Portaria Interministerial MINC/MEC nº 12, DE 23 DE ABRIL DE 2026, que aprova o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL 2026-2036 e suas metas, que trata objeto desse estudo.

O objetivo da pesquisa é apresentar os pontos importantes da Portaria, destacando a importância das tipologias de bibliotecas e apontar necessidades que possam interagir com os profissionais bibliotecários.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A produção cultural brasileira se complementa como atividade por meio das leis de incentivo federais, estaduais e municipais, com recursos orçamentários públicos tão poucos significativos, que procuramos por financiamento privado. Nesse aspecto, é imprescindível que as políticas públicas educacionais e culturais estabeleçam formas e fontes de subsídios em seus planejamentos para que as metas e as ações sejam alcançadas, e assim não se tornem isoladas. Para as ações não se tornarem isoladas, Botelho (2016, p. 29) julga que é necessário pensar as políticas públicas no “contexto



dos elos da cadeia de criação: formação, difusão e consumo”. Nesse sentido, uma política pública deve ter gestores com iniciativas arrojadas e a visão de empreendedor, que não dependa apenas dos órgãos públicos com instrumento de captação de recursos.

Quando tratamos de políticas públicas educacionais, culturais e sociais torna-se importante determinar o que são políticas públicas. A literatura científica nos apresenta alguns autores como Cunha e Cunha (2002, p. 12), que definem tais políticas como sendo uma “linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em Lei”. Secchi (2010, p. 2) descreve que política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Bergue (2011, p. 508) a entende como um “conjunto coerente de decisões, de opções e de ações que a administração pública leva a efeito, orientada por uma coletividade e balizada pelo interesse público”.

Rodrigues (2011, p. 13) apresenta as políticas públicas como um “processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade”. Höfling (2011, p. 31) as compreende como “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Chrispino (2016, p. 15) conceitua as políticas públicas como o “resultado de inúmeras variáveis e que seu significado será tão distinto quanto os valores, ideologias, contextos, ética, etc. de seu formulador”. Rubim (2011, p. 67) destaca que toda política pública cultural é “composta por um conjunto de formulações e de ações desenvolvidas ou a serem implantadas. [...] também as ações, pensadas e realizadas, são momentos analíticos densos para a compreensão das políticas culturais”.

Quando argumentamos sobre algum Plano Nacional direcionado sobre a cultura, a educação e a questão social, estamos tratando de políticas públicas que no Brasil se apresenta em algumas décadas atrás e que partir da preocupação da ciência, foram realizadas algumas pesquisas sobre políticas públicas do livro, leitura e biblioteca como a de Amorim (1996), que abordou a cidadania cultural na formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura; Rosa e Oddone (2006, p.192), declaram que existe uma “falta de vontade política para avançar nas questões das políticas públicas culturais, e que desde 2003, com a Lei do Livro, apenas se tem referenciado, discutido e avaliado a cadeia produtiva do livro, mas que precisa ser mais objetiva com ações concretas”.



Souza (2006), que apresentou uma revisão de literatura sobre políticas públicas, relatando como e por quê surgiu essa área do conhecimento, até os modelos de formulação e análise de políticas públicas; a de Ferraz (2015), que descreveu e analisou as políticas para bibliotecas públicas de Minas Gerais, visando compreender os possíveis avanços e retrocessos destas políticas no período de 1983 a 2012; a de Pinheiro (2016), que destacou o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca; Marsulo e Carvalho (2017) que tratou sobre o Políticas públicas de Informação abordando o Plano Nacional do Livro e Leitura; Camillo e Castro Filho (2022) aborda a pesquisa em políticas públicas do livro e leitura na ciência da informação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura (2000-2020). Brito (2024) abordou na tese a produção social de políticas para o livro e leitura no Brasil: Do patronato joanino ao PNLL. Outras pesquisas foram realizadas nos últimos anos incluindo a Agenda 2030 e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) principalmente a ODS 4 que trata sobre a Educação.

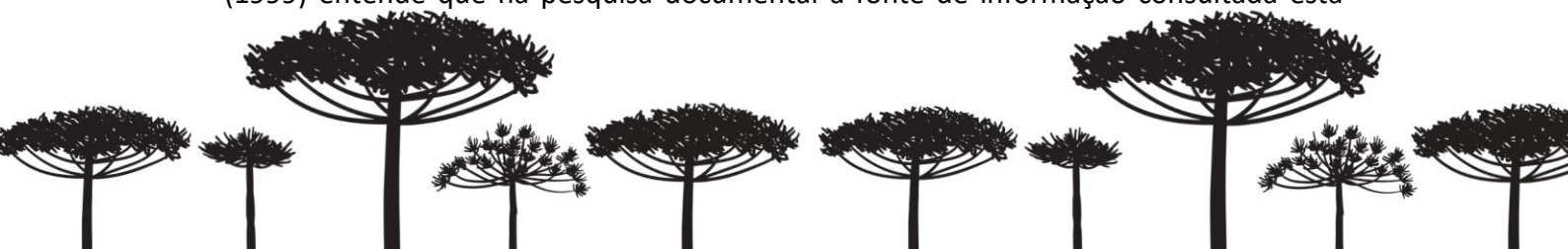
### **3 PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL) 2026 A 2036**

O Plano Nacional do Livro e Leitura em questão apresenta alguns princípios, diretrizes, implementação de metas monitoramento, avaliação e revisão periódica do PNLL, competência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que cooperem com o PNLL, um Conselho Diretivo, a Coordenação Executiva e o Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, linhas de ação e ações necessárias para a implementação das metas do PNLL e metas do PNLL que estão sujeitas a monitoramento e revisão. (BRASIL, 2026).

Nessa pesquisa pretendeu abordar os eixos estratégicos e as metas, no sentido de discorrer pontos relevantes que interpolam com as tipologias de bibliotecas e como profissional bibliotecário. Para tanto, apresentamos os seguintes eixos que desenvolveremos na seção Discussão. São: Eixo 1 – Democratização do Acesso; Eixo 2 - Fomento à leitura e formação de mediadores; Eixo 3 - Valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico; Eixo 4 - Fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro.

### **4 METODOLOGIA**

A pesquisa tem delineamento documental, qualitativo e é exploratória. Gil (1999) entende que na pesquisa documental a fonte de informação consultada está



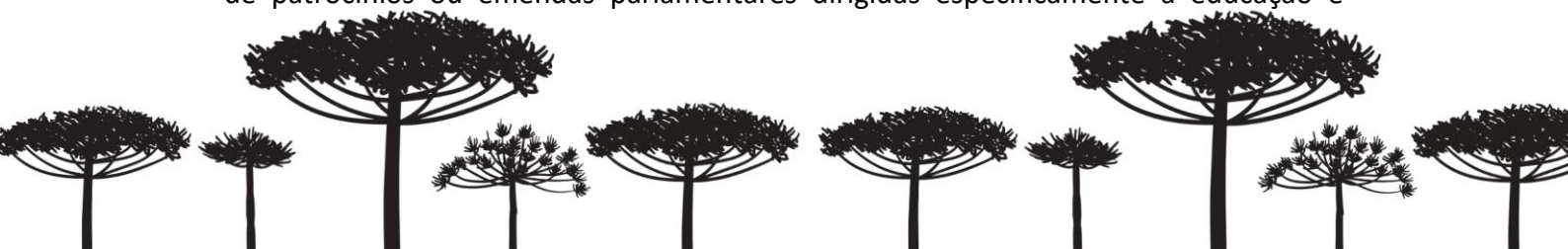
isenta de qualquer tratamento analítico prévio, opondo-se, no caso, à pesquisa bibliográfica que nesse caso, utilizou-se de fontes primárias e secundárias, como livros, artigos científicos e Leis. Desse modo, o objetivo da pesquisa, de apresentar as intencionalidades do PNLL 2026 a 2033 do Brasil, enquadra-se nesse tipo de estudo.

## 5 DISCUSSÕES

No âmbito dos eixos estratégicos, objetivos e metas iniciamos com o Eixo 1 – que trata sobre a “Democratização do Acesso” que tem como metas implantar e modernizar bibliotecas públicas, escolares e universitárias; disponibilizar pelo menos uma biblioteca por município; modernizar as bibliotecas; ampliar em 10% (dez por cento) ao ano o número de bibliotecas escolares ao longo da vigência do Plano e ainda oferecer ambiente virtual com garantia de conectividade para acesso a acervos literários digitais e diversos, beneficiando um milhão de pessoas a cada dois anos do Plano. Como podemos efetivar essas metas? Uma das maneiras é indagar e solicitar os nossos governantes pautas que identifiquem com esses temas. Segundo o IBGE temos 5.571 municípios incluindo Distrito Federal e Fernando de Noronha, sendo que alguns municípios não têm uma estrutura básica de sobrevivência, onde falta saneamento básico, políticas públicas culturais, educacionais e sociais.

Ao mesmo tempo temos segundo Censo Escolar (2023), o país conta com 178.476 escolas, atendendo cerca de 47,3 milhões de estudantes. A maior parte das escolas está na rede municipal, responsável por aproximadamente 59,8% do total, seguida pela rede privada (23,3%), estadual (16,3%) e federal (0,4%). O que vai gerar 178.476 bibliotecas e que segundo a Política Nacional de Leitura e Escrita (2018), tendo do artigo 3º inciso II “fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais”, o que nos leva a crer que cada biblioteca com o seu bibliotecário, independente dessa política extinguir ou não.

Outro aspecto importante de destaque é a ampliação dos espaços de leitura em territórios periféricos, aonde não chegam bibliotecas e nem pontos de leitura. O que se precisa é interagirmos com as secretarias de cultura e dirigentes municipais em busca de patrocínios ou emendas parlamentares dirigidas especificamente a educação e



cultura. A questão do digital é uma questão a realçar em um momento que tecnologias digitais estão em todos os lugares e no dia a dia de todos os cidadãos. Nesse sentido, podemos interagir com as bibliotecas híbridas que segundo Silva e Caldas (2020) “entende-se por bibliotecas híbridas como equipamentos culturais que partem de uma convergência entre aspectos das bibliotecas tradicionais e da digitais”.

Em relação ao Eixo 2 destacamos a possibilidade de elevar o aumento de leitores. Segundo o Retrato da leitura no Brasil (2025), 53% de brasileiros não leram nem um trecho de um livro em três meses; 75% não são leitores de literatura e 36% não leem porque tem dificuldades para compreender o que leem. Apenas 43% são leitores, se considerarmos livros inteiros para 27% (FAILHA 2025). Número lamentado e nos mostra a importância da leitura, da evolução da escrita, de ações culturais nas bibliotecas e nos equipamentos culturais e ampliação de formação de grupos e mediadores de leitura.

No Eixo 3 destacamos a importância da valorização das tipologias de bibliotecas, principalmente as públicas e as escolares; a preocupação com a atualização e propagação dos acervos e ampliar espaços para debates sobre políticas públicas para bibliotecas e leituras. Subsidiar feiras de livros a custo populares e ações literárias em bairros periféricos em parceria com a sociedade.

O Eixo 4 trata do de questões relacionadas ao intercâmbio de pesquisadores, bolsas para pesquisas, oferta de cursos de extensão, ampliação de livrarias e do setor editorial. O que se apresenta nos últimos anos um crescimento de Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no território brasileiro, com formação de mestres e doutores o que qualifica as bibliotecas de diversos setores.

A preocupação ainda existe com o alto custo dos livros em livrarias presenciais ou online, o que dificulta a ampliação dos acervos em bibliotecas públicas e escolares, como também para a sociedade.

Nesse esboço, justificar e propor um Plano são necessários alguns princípios norteadores, e no caso do PNLL 2026 no Brasil foram apresentados alguns; e, como fator principal, foram os da UNESCO, que valoriza três fatores qualitativos e dois quantitativos. Os qualitativos tratam que o livro deve: a) “ocupar destaque no imaginário nacional, de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população; b) existir famílias leitoras e compartilhem práticas de leitura; c) ter escolas que saibam formar leitores” (MARQUES NETO, 2010, p. 43). Quanto aos quantitativos,



deve: “a) ser garantido o acesso ao livro e o número suficiente de bibliotecas e livrarias; b) o preço do livro acessível” (MARQUES NETO, 2010, p. 43).

Nesse aspecto, necessitamos urgentemente que haja o incentivo para que as práticas leitoras sejam instaladas nas escolas públicas, seja: por meio das bibliotecas escolares e públicas; pela integração de redes de bibliotecas escolares; na articulação com os familiares dos estudantes; na atualização e ampliação dos acervos nas bibliotecas.

Outro ponto de destaque como princípio norteador é a questão da competência em informação (information literacy), que tem como objetivo “formar indivíduos que aprendem por toda a vida” (QUEIROZ, 2006, p. 25), através de um processo educativo independente, crítico, ativo e investigativo. Consideramos que essas competências, em vez de se configurarem de maneira mecânica, devem auxiliar a construção de conhecimentos de forma mais ampla e criativa, colaborando para práticas de ensino-aprendizagem mais plurais, pelas quais os estudantes possam ter acesso aos livros e à leitura, à informação e à tecnologia da informação e comunicação, buscando com isso diferentes perspectivas (AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS, 2007).

A formação do educando abrange a interpretação de fatos, estímulo ao senso crítico, exercício da democracia e cidadania, além do desenvolvimento de capital cultural e social. A educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares segundo Delors (2010, p. 31) “a) aprender a conhecer; b) aprender a fazer; c) aprender a conviver; d) aprender a ser.” Neste sentido, a educação ao longo da vida surge como ação para o exercício da cooperação e cidadania. Para tanto, Castro Filho (2013) alerta para a significativa falta de bibliotecas escolares e de bibliotecários no ensino público. Outra questão são as políticas públicas na inclusão das bibliotecas escolares e das práticas de leitura, e ainda há de se pensar na importância de integrar as Tecnologias de Informação e Comunicação às ações e programas que entrelacem biblioteca, tecnologias, educandos e leitores.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Abrangendo os eixos é possível destacar a flexibilidade de ações que tornam possíveis com o envolvimento de equipamentos culturais como as bibliotecas



públicas e escolares. Ao mesmo tempo percebemos que a política pública em questão requer o envolvimento dos municípios, estados e governo federal. Também podemos indicar que cada município possa ter um plano municipal do livro e leitura e acrescento mais, a possibilidade de incluir no plano a Biblioteca, sendo Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca, uma vez que ações de leitura e acervo de livros se encontram na biblioteca, além de ser um espaço democrático de direito.

Ainda não temos todos os caminhos abertos com facilidade para o acesso aos livros e a leitura, devido à soma do baixo poder aquisitivo do brasileiro, do acesso às bibliotecas e a falta das redes de bibliotecas públicas e escolares no país tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Nesse aspecto, para aproximarmos da realidade ideal a população brasileira mais interessada pela leitura, políticas públicas nesse sentido devem ser incentivadas, mas também a escola e a família devem permanecer juntas em busca desse objetivo.

Um personagem que merece destaque no sentido de agir e efetuar os eixos do PNLL 2026 é o profissional bibliotecário que faz parte do processo educacional e, quando desempenha tarefas em conjunto com educadores, as atividades se complementam, permitindo assim ao estudante um maior envolvimento, entendimento e absorção das informações. Apenas instrumentos legais (leis) são suficientes para valorizar o bibliotecário? Um reconhecimento público por parte da sociedade, sobre suas funções na educação, contribuiria para sua valorização? Portanto, alguns desafios dos bibliotecários no século XXI devem ser articulados e considerados.

Os novos profissionais da biblioteconomia e da ciência da informação são (e serão cada vez mais) fortemente influenciados pelas tecnologias digitais e sociais, vide a permanência da Inteligência Artificial (IA). A tecnologia fará parte do dia a dia desses profissionais. A tecnologia será sua mais forte aliada. Desde que saibamos utilizá-la com os propósitos educacionais adequados e não deixemos que ela seja um empecilho ou um inimigo do processo de ensino e aprendizagem.

E, por fim, busquemos nossos aliados para que a implantação do PNLLB em todos os municípios seja uma referência brasileira para a nossa comunidade e da sociedade como em todo.



## REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS. **Parâmetros para o aprendiz do século XXI**. Chicago: AASL, 2007.

AMORIM, S. R. **A abordagem da cidadania cultural na formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

BERGUE, S. T. **Modelos de gestão em organizações públicas**: teorias e tecnologias para a análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educ. 2011.

BOTELHO, I. **Dimensões da Cultura**: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Sesc, 2016.

BRASIL. PORTARIA INTERMINISTERIAL MINC/MEC Nº 12, DE 23 DE ABRIL DE 2026. Aprova o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL 2026-2036 e suas metas. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll/legislacao-1/PORTARIAINTERMINISTERIALMINCMECN12DE23DEABRILDE2026.pdf>. Acesso em 05 maio de 2026

BRITO, Antonio de Padua de Lima. **A produção social de políticas para o livro e leitura no Brasil: Do patronato joanino ao PNLL**. 2024. 335 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

CALDAS, Rosângela Formentini; SILVA, Rafaela Carolina da. **Biblioteca Híbrida**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Pesquisa em políticas públicas do livro e leitura na ciência da informação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura (2000-2020). **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 13, n. 1, 2022.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. O bibliotecário como profissional da informação: o mundo do trabalho, habilidades e competências. In: CASTRO FILHO, C.M. **Olhares sobre a atuação do profissional da Ciência da Informação**. São Paulo: Todas as Musas, 2013.

CHRISPINO, A. Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

CUNHA, E. P. y CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysso. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 2010.

FAILHA, Zoara. **Retratos da Leitura no Brasil 6**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2025.



FERRAZ, M. N. **Políticas do Estado de Minas Gerais para bibliotecas públicas (1983-2012)**. 142 f. Mestrado em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Caderno Cedes, Campinas, 21, 55: 30-41. 2001.

MARQUES NETO, José Castilho. **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARSULO, T.G. ; CARVALHO, A. M. G de , CASTRO FILHO, C. M. Políticas públicas de leitura no brasil: uma análise da mediação do profissional da informação no ciclo de vida de criação do plano nacional do livro e da leitura. In: **Anais: II Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (II EPIM)**. Marília: Linha de Pesquisa “Gestão, Mediação e Uso da Informação”; Londrina: Grupo de Pesquisa “Interfaces: Informação e Conhecimento”, 2015.

MARSULO, T.G. ; CARVALHO, A. M. G de. Políticas públicas de Informação: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v.3, n.2, p.9-24, Jul./Dez., 2017.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLB de São Paulo**. Mestrado em Cultura e Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 2016.

QUEIROZ, Solange Palhano. Information literacy: uma proposição expressiva para a biblioteca escolar. In: SILVA, R. J.; BORTOLIN, S. (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. p. 21-32.

ROSA, F.G.M.G. ; ODDONE, N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

RUBIM, A. A. C. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. 2011.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Congage Learning. 2010.

SILVA, Ezequiel Theodoro. Formação de leitores literários. In: SANTOS, Fabiano; MARQUES NETO, José Castilho; ROSING, Tânia M. K. **Mediação de Leitura: discussões e alternativas a formação de leitores**. São Paulo: Global, 2009.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. São Paulo: Sociologias, 16. 2006.

